



NOTA EXPLICATIVA

A presente **NOTA EXPLICATIVA** tem por propósito apresentar o entendimento técnico do **Relatório de Gestão Fiscal - RGF, referente ao 1º Quadrimestre de 2021**, com fundamento no artigo 54, da Lei nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

As parametrizações, fórmulas de cálculos e *layouts* de apresentação desses Demonstrativos seguem o que preceitua a 11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, válida para o exercício de 2021.

1. ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

1.1. Abrangência do Demonstrativo

No Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo estão inclusas as despesas da Defensoria Pública do Estado, tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 45/2004, que conferiu autonomia orçamentário-financeira às defensorias estaduais somente foi promulgada após a LRF. Em razão disso, a LRF não contemplou limites específicos para as defensorias e, portanto, enquanto esses limites não forem estabelecidos, seus valores devem constar do Demonstrativo do Poder Executivo.

No entanto, tendo em vista a determinação contida no Acórdão nº 2153/2014 – TCU – Plenário, as defensorias públicas deverão também elaborar separadamente o demonstrativo da despesa com pessoal, sem preencher os campos relativos à comparação de limites.

1.2. Despesa Bruta Total com Pessoal

Conforme demonstrado pelo relatório, nos últimos doze meses os gastos com pessoal totalizaram R\$ 3.099.030.829,09 (três bilhões, noventa e nove milhões, trinta mil, oitocentos e vinte e nove reais e nove centavos).

Em tal caso, é importante destacar que atualmente os encargos com o Pró-Saúde e o *Déficit* Previdenciário são computados nas despesas com pessoal, acarretando o aumento dos valores ora apresentados quando comparados com exercícios anteriores, já que se deixou de registrar



tais rubricas na Fonte 800 (Recursos Previdenciários), estando, a partir de 2019, na Fonte 100 (Recursos Próprios).

1.3.Linhas “Benefícios Previdenciários” e “Outros Benefícios Previdenciários”

A linha “Benefícios Previdenciários” e a linha “Outros Benefícios Previdenciários” encontram-se zeradas nos meses de janeiro a abril de 2021, pois seus valores foram remanejados para as linhas “Vencimentos, vantagens e Outras Despesas Variáveis” e “Aposentadorias, Reserva e Reformas”, respectivamente. Tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 103/2019 limitou tais benefícios às aposentadorias e à pensão por morte.

2. ANEXO 2 –DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

2.1.Dívida Consolidada

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida apresenta os valores referentes ao estoque da dívida do Estado. Nesse sentido, no 1º Quadrimestre de 2021, o Estado apresenta Dívida Consolidada no valor de R\$ 4.318.199.290,91 (quatro bilhões, trezentos e dezoito milhões, cento e noventa e nove mil, duzentos e noventa reais e noventa e um centavos), montante inferior ao 3º Quadrimestre de 2020.

É importante ressaltar que tanto a dívida consolidada do Estado, quanto a líquida, encontram-se dentro do limite estipulado pela LRF no Inciso III do §º do art. 59.

Rio Branco - AC, 25 de maio de 2021.

Eduardo Alves Maia Neto
Diretor da Contabilidade Geral do Estado